

Elaboração do PNRH 2022-2040

Relatório da Oficina Temática sobre

GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Videoconferência, 03 de agosto de 2021.

Planejamento e Metodologia Proposta

Seguindo o mesmo princípio das oficinas anteriores, a equipe técnica da Engecorps elaborou uma proposta preliminar para a metodologia da oficina e encaminhou para discussão com as equipes do MDR e ANA. Na sequência, foi realizada discussão e validação dos temas e da forma de execução da oficina. De uma forma geral, a metodologia constou, inicialmente, de apresentações da ANA e MDR sobre o PNRH e os resultados dos estudos desenvolvidos até o momento no contexto dos informes e relatórios de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. Em seguida, constou de uma mesa com a participação de representantes da ANA, MDR, MRE e Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre, de acordo com o Quadro Erro! **Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**-1 que consta da programação da parte da manhã.

***QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-1 –
PROGRAMAÇÃO APLICADA PARA O PERÍODO DA MANHÃ
DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA***

Início	Atividade
9h00	Início do Evento e Recepção dos Participantes
9h10	Apresentação 1 – MDR – Institucional sobre o PNRH e Calendário de Oficinas Apresentação 2 – ANA – Diagnóstico e Prognóstico do PNRH 2022-2040
9h50	Mesa de Debate sobre Perspectivas para a Melhoria no Processo de Gerenciamento das Águas Transfronteiriças no âmbito do PNRH 2022-2040. ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – Diagnóstico da gestão dos recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços; MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional –Ações em desenvolvimento em relação à gestão de recursos hídricos em áreas de fronteira; MRE – Ministério das Relações Exteriores – Atuação nas questões afetas aos recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços; Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre – Experiências Estaduais em gestão de águas transfronteiriças.
11h30	Comentários dos presentes
11h50	Informe sobre as atividades em grupos
12h00	Encerramento

Em seguida, no período da tarde, a metodologia proposta previu a divisão em três grupos e o debate sobre os temas selecionados com a participação dos presentes no sentido do preenchimento de um formulário conjunto, apresentando as contribuições ao PNRH. A programação aplicada consta do Quadro Erro! **Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**-2, com o debate inicial em um grupo selecionado por cada participante e, posteriormente, a rodada para apresentar contribuições aos outros temas selecionados de acordo com o exposto no Quadro Erro! **Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**-3.

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-2 –
PROGRAMAÇÃO APLICADA PARA O PERÍODO DA TARDE
DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Início	Atividade
14h00	Debate referente ao Tema Escolhido (Grupo Inscrito)
15h30	Intervalo
15h40	Rodada para contribuições nos temas dos outros grupos
17h10	Retorno para conhecimento das contribuições ao Tema Escolhido (Grupo Inscrito)
17h20	Encerramento

Os grupos foram divididos por temas, da seguinte forma:

- Tema 1 – Planejamento e governança dos recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços, incluindo aquíferos;
- Tema 2 – Segurança hídrica e eventos extremos: discussão sobre procedimentos no caso da ocorrência de crises hídricas.
- Tema 3 – Gestão das informações e rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas;

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-3 –
METODOLOGIA DE DISCUSSÃO ADOTADA NA OFICINA TEMÁTICA
SOBRE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

Tempo (minutos)	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
90	Tema 1	Tema 2	Tema 3
10	Intervalo	Intervalo	Intervalo
45	Tema 2	Tema 3	Tema 1
45	Tema 3	Tema 1	Tema 2
10	Tema 1	Tema 2	Tema 3
200	Conclusão do evento		

Por fim, de forma equivalente aos eventos anteriores, foram definidas questões motivadoras para dar suporte à discussão sobre cada tema, de forma que os participantes pudessem apresentar contribuições às três etapas de planejamento, envolvendo o diagnóstico, prognóstico e plano de ações do PNRH 2022-2040,

de acordo com o Quadro Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-4.

QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-4 – QUESTÕES MOTIVADORAS PARA DISCUSSÃO DE CADA TEMA.

Quais os principais problemas identificados que estão relacionados direta ou indiretamente com a gestão de recursos hídricos transfronteiriços?	Considerando os avanços obtidos nos últimos anos, quais as perspectivas de avanços para os próximos anos e quais os atores devem ser envolvidos no processo de gestão transfronteiriça?	Quais as diretrizes, ações e programas devem ser previstos no PNRH 2022-2040 para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo de gestão de recursos hídricos transfronteiriços?	Como institucionalizar, aperfeiçoar e operacionalizar arranjos locais e internacionais relacionados à gestão de recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços?

Ao final do evento, foi aplicado um formulário online para a avaliação da percepção dos presentes sobre a oficina realizada e apresentação de contribuições para a melhoria, sendo seus resultados expostos no item 1.3.

1.1 Contribuições e Formulários Preenchidos

A partir da metodologia estabelecida, foi realizada a oficina temática Gestão Transfronteiriça no dia 03 de agosto de 2021.

Os apontamentos e propostas de ações decorrentes da síntese da fala dos participantes da sobre as Perspectivas para a Melhoria no Processo de Gerenciamento das Águas Transfronteiriças no âmbito do PNRH 2022-2040, conforme discussão realizada na parte da manhã da oficina são apresentados abaixo. Quanto aos formulários preenchidos de forma participativa nos grupos de debate, realizados na parte da tarde da oficina, são apresentados na íntegra no apêndice deste relatório.

ANDERSON - MDR/CNRH

- Contextualização dos marcos legais e arranjo institucional que possibilita gestão transfronteiriça;
- Destacou o papel do CNRH na formulação de diretrizes gerais para a gestão de recursos hídricos para os rios transfronteiriços;
- Destacou que no atual Plano já constam ações de integração e gestão de rios transfronteiriços e, no contexto da revisão o novo Plano, deve contemplar uma agenda de diálogo com os demais envolvidos na gestão.

OSMAN FERNANDES DA SILVA/ANA – Diagnóstico de gestão dos recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços

- Destacou que a gestão fronteiriça e transfronteiriça tem sido um desafio no processo de gestão em razão dos múltiplos arranjos de gestão existentes entre os colegiados e países fronteiriços;
- Destacou a necessidade de institucionalidade na proposição de soluções para os conflitos em rios transfronteiriços, além da promoção de diálogo multinível com todo os interessados no problema, visto que em muitas situações não existe um colegiado (CBH) único instituído;

- Pontuou a necessidade de entendimento mais profundo dos problemas existentes na gestão de rios transfronteiriços para proposição de soluções e infraestruturas institucionais mais adequadas para solucionar as questões;
- Pontuou a necessidade de desenvolver um modelo de governança mais adequado e eficiente ao processo de gestão.

IRANI/MDR – GESTÃO DE RIOS TRANSFRONTEIRIÇOS

- Apresentou os tratados e acordos onde o Ministério tem atuado de forma intensa no CIC Prata, Acordo Aquífero Guarani, Lagoa Mirim, Rio Quaraí, Rio Apa, OTCA.
- Apresentou as instâncias, instituições e organismos que são acompanhados pelo MRE – Ministério das Relações Exteriores, sendo o PHI, CODIA, ISARM, CeReGAS, e Monitoramento do indicador 6.5.2 do ODS 6, além de outras instâncias de gestão internacional;
- Apresentou os projetos de financiamento internacional de atuação do MRE no que tange à gestão transfronteiriça, sendo: PPM Prata, PPM guarani, GEF Lagoa Mirim e GEF Alto Paraguai, além de destacar o aporte financeiro em cada um dos projetos.
- Destacou a importância dos arranjos institucionais na gestão internacional, além da importância do aprendizado com as experiências vividas para que a partir delas seja possível implementar melhorias nos arranjos institucionais.

EDUARDO PEREIRA FERREIRA/MRE – Atuação nas questões afetadas aos recursos hídricos fronteiriços e ou transfronteiriços

- Destacou a importância da Política no estabelecimento de tratados internacional no contexto de gestão de recursos hídricos internacional;
- Destacou a importância da manutenção dos princípios nacionais no contexto dos rios contínuos. Esses são importantes para nortear a atuação uni e bilateral no uso desses recursos hídricos;
- Destacou a importância da atuação política no contexto das mudanças climáticas, sendo relevante o estabelecimento de um acordo regional para gestão desses recursos frente a mudanças climáticas;
- Apresentou o panorama da atuação MRE nos acordos internacionais para a gestão de recursos hídricos e fronteiriços e/ou transfronteiriços, destacou os principais acordos com Argentina, Paraguai, Guiana Francesa, Peru, Colômbia, Bolívia e outros países da América Latina e Caribe.

DISCUSSÃO:

VERA LÚCIA REIS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre – Experiências Estaduais em gestões transfronteiriças.

- Apresentou a iniciativa MAP, o seu contexto político-administrativo envolvendo o coração do sudeste da Amazônia: a região Madre de Dios, o Estado do Acre e o Departamento de Pando (Bolívia).
- Destacou que a iniciativa se trata de uma rede integrada de representantes da sociedade civil e governos com objetivo de juntar esforços para promover o desenvolvimento sustentável nas fronteiras políticas, abordando problemas comuns e buscando soluções conjuntas no âmbito das

questões de desmatamento, queimadas, eventos extremos, educação, saúde, migração, tráfico de drogas e pessoas;

- Apresentou a estrutura policêntrica de funcionamento do MAP, sendo constituídas de mesas temáticas (equidade social, desenvolvimento econômico, conservação ambiental e políticas públicas) associadas a grupos temáticos de trabalho (são os grupos de bacias hidrográficas dos países componentes);
- Destacou a importância da atuação do grupo na gestão dos eventos extremos e no desenvolvimento de medidas para redução do desmatamento;
- Destacou que grande parte dos problemas e demandas levantadas se tornaram políticas públicas e motivaram ações integradas entre os países;
- Apresentou os eventos de transferências e compartilhamento de experiências realizados pelo MAP no território;
- Apresentou a plataforma ambiental TERRAMAQ2, que consiste de um sistema de alerta precoce para monitoramento de eventos extremos (inundações e secas severas), o sistema de alerta Temprena Comunitaria e Fronteriza, Centro Integrado De Geoprocessamento E Monitoramento Ambiental – Cigma-2019 (sala de situação) como medidas de gestão integrada na região implantadas na região para de mitigar impactos.
- Destacou a necessidade de envolvimento da sociedade no sentido da prevenção frente às mudanças de paradigmas, fortalecimento das defesas civis; divulgação de informações com alcance nas comunidades rurais-sensibilização quanto à necessidade de mudanças culturais no uso da terra, ampliação de rede de monitoramento integrado e alertas antecipados mais efetivos nas fronteiras, geração e transferências de conhecimento, informação, intercâmbio de experiências para implementar estratégias de conciliação do desenvolvimento e conservação, além da garantia de equidade social na fronteira;
- Pontuou os desafios do MAP como a oficialização do Comitê de Bacia do Rio Acre e a assinatura do acordo multilateral Brasil/Bolívia/Peru.

MARCOS - Participante

- Pontuou a necessidade de maior representação dos grupos indígenas no processo de gestão e composição dos CBHs, visto sua importância na conservação dos ambientes naturais.

LUANA – PARTICIPANTE/FUNAI

- Destacou a importância do novo PNRH vislumbrar uma maior participação dos povos indígenas na gestão transfronteiriça na região amazônica, visto que grande parte dos rios nessa região estão ou passam por terra indígenas. Pontuou que atualmente a gestão desses rios não contempla a participação e representação dos grupos indígenas nos arranjos institucionais.

1.2 Síntese das Contribuições para o PNRH 2022-2040

Conforme exposto anteriormente, a metodologia acordada com a equipe técnica do MDR para a análise das contribuições foi por meio da síntese dos resultados apresentados pelos participantes de forma direcionada para cada um dos componentes e programas previstos para o PNRH 2022-2040. A partir dessa síntese e direcionamento, será possível construir cada um dos programas de forma a atender aos anseios da sociedade referente aos participantes dos eventos do PNRH.

Os resultados foram sistematizados de forma direcionada como acordado na metodologia e são apresentados, do Quadro Erro! **Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**⁻⁵ ao Quadro Erro! **Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**⁻⁸ com os comentários dos participantes da oficina temática sobre gestão transfronteiriça para os temas relacionados aos 21 programas previstos para o PNRH 2022-2040. Dessa forma, com base na síntese dos quadros construídos em questão, será possível dar suporte ao MDR e ANA para o detalhamento de cada um dos programas do PNRH, com ações voltadas ao atendimento dos anseios dos participantes do evento.

***QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.⁻⁵ –
COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA
PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE I – FORTALECIMENTO DO SINGREH***

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
Melhoria da articulação entre os órgãos já existentes que atuam no processo de gerenciamento de recursos hídricos nos países vizinhos com os brasileiros pode trazer benefícios importantes.	<p>Tomar cuidado para não confundir o comitê de bacia de rio fronteiriço e/ou transfronteiriço, criado do lado brasileiro da fronteira e seguindo os normativos nacionais, e os organismos internacionais (comissões mistas, por exemplo) criados por meio de acordo ou tratado internacional. A composição desses organismos será, necessariamente, distinta do que é previsto na nossa legislação. O que se faz necessário é adequar a nossa legislação para facilitar a criação desses comitês, adequando-a às necessidades diferenciadas dessas regiões de fronteira. Atualmente, o GT Transfronteiriços, da CTIGAT, está, por exemplo, discutindo proposta de alteração das resoluções CNRH 05/2000 e 109/2010, de forma a que fique clara a possibilidade de criação desses comitês de rios fronteiriços/transfronteiriços. Creio que temos que, nessa discussão, sempre ter em mente o conteúdo mínimo de Planos estabelecido pelo art. 7º da Lei nº 9.433/1997 e definir esse conteúdo mínimo de acordo com as especificidades dessas regiões de fronteira, que diferem de bacias hidrográficas inteiramente inseridas no território nacional.</p>		<p>Ações de capacitação de técnicos dos outros países ou que profissionais atuem na gestão de recursos hídricos transfronteiriços/fronteiriços.</p>
Ausência de governança (capacidade, estrutura etc.) nos estados e na União para efetiva implementação da gestão de recursos hídricos transfronteiriços;	<p>Fortalecer os acordos e instrumentos internacionais e criação de Comitê de Bacia Hidrográfica tfço, para instrumentalizar a gestão e sair da seara estratégica/nacional</p>		<p>Programas de qualificação e capacitação de comitês, aprimorando os existentes para o tema.</p>
Avaliar as Moções do Conselho (nºs: 09, 14, 29, 48 e 59) que já foram tomadas para instrumentalizar sua ação. Garantir o funcionamento das instâncias locais de gestão (instrumentalização desde a base). Apoio à institucionalização de comitês de bacia nacionais em regiões tfcas, dando o 1º passo para acordos de criação de comitês dos países vizinhos	<p>Estamos tratando de um falso dilema, pois já temos os instrumentos necessários para fazer a gestão no nosso território. A articulação com os países vizinhos é o complemento necessário, mas primeiro devemos avançar nas nossas questões. Pouco adianta falar do Prata sem antes avançar na gestão do Uruguai ou do Paraná, apenas citando um exemplo. A gestão de águas se faz no território. Os efeitos se fazem sentir no rio. Então devemos avançar na implementação dos nossos CBHs e, em paralelo, estabelecer a articulação diplomática.</p>		<p>Inserção da academia e instituições de pesquisa no tema tfço.</p>

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
	<p>Avaliar as Moções do Conselho (nºs: 09, 14, 29, 48 e 59) que já foram tomadas para instrumentalizar sua ação. Garantir o funcionamento das instâncias locais de gestão (instrumentalização desde a base). Apoio à institucionalização de comitês de bacia nacionais em regiões tfças, dando o 1º passo para acordos de criação de comitês dos países vizinhos</p>		<p>Destacou a importância de promover a capacitação para a população ribeirinha na região amazônica.</p>
	<p>ANA poderia ser mais atuante para a formação do Comitê do Rio Uruguai, que será (deve ser) exemplo de Comitê tfço. [ANA não é responsável pela criação de Comitês]</p>		<p>Promover a interlocução com povos indígenas visando sua inclusão na gestão e monitoramento dos rios e território. Considera importante promover a capacitação e disponibilização de recursos e ferramentas.</p>
	<p>Relação tfça com comitês estaduais com dificuldade de competência - precisa ser endereçado.</p>		<p>Na Amazônia, olhar especial sobre as comunidades indígenas, ribeirinhas e tradicionais, o papel da educação e do cuidado.</p>
	<p>Comitê deve ter papel mais atuante e de maior poder, apesar de se posicionar com NTs e outros (não tfço)</p>		
	<p>Implantação de comitês de bacia.</p>		
	<p>Diretrizes para o fortalecimento da criação de comitês de bacias em águas transfronteiriças do lado brasileiro e consequentemente de diretrizes para fortalecimento de acordos de cooperação com os outros países, construídos a partir do comitê de bacia;</p>		
	<p>Não há impedimento algum para formação de comitês em áreas de fronteira. Oficina deve focar nas ações do PNRH e das ações dos comitês nacionais. Instrumentos de gestão (cobrança, outorga, enquadramento e sistema de monitoramento) tem questões distintas quando se trata de gestão tfça e que devem ser abordados (e discutidos na construção do) PNRH</p>		
	<p>"Comitê" internacional é algo impraticável. Perderíamos as atribuições deliberativas dos comitês, pois não seria possível uma instância colegiada deliberando além fronteiras</p>		

I - Fortalecimento do SINGREH			
01. Apoio aos Órgãos Gestores Estaduais.	02. Criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográficas	03. Agências de Bacia e Entidades Delegatárias.	04. Comunicação, Capacitação e Educação Ambiental.
	Implementar um projeto piloto de criação de comitê de bacia transfronteiriço oportunizando os arranjos locais que já trabalham de forma transfronteiriça. No CICPlata (documentos temáticos) consta a parte de águas subterrâneas, e deve ser incorporada na discussão do PNRH. Já existem um acúmulo de discussão sobre o tema - e a importância foi demonstrada na parte da manhã		
	Comissões bilaterais devem ser alimentadas por comitês locais.		
	Organismos e constituições multilaterais devem considerar as diferenças institucionais - comitê não é uma figura comum em outros países, por exemplo		
	Promover a interlocução com povos indígenas visando sua inclusão na gestão e monitoramento dos rios e território. Considera importante promover a capacitação e disponibilização de recursos e ferramentas.		

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-6 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE
GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA
PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE II – IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO**

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
<p>Diretriz: Coordenar e harmonizar, entre os países, o processo de tomada de decisão de emissão de outorgas e estabelecimento de alocações de água e marcos regulatórios em bacias transfronteiriças com algum critério de criticidade, buscando o benefício-mútuo.</p> <p>Descrição: estimular e promover a produção de dados referenciais e a negociação entre os países para fortalecer os processos de tomada de decisão no estabelecimento de outorgas, alocações de água e marcos regulatórios em rios, sub-bacias e bacias compartilhadas para dirimir e minimizar conflitos e não restringir os usos múltiplos da água nesses locais.</p> <p>Justificativa: O uso intensivo da água em bacias fronteiriças pode gerar conflitos entre os usuários ou limitação de um determinado uso da água.</p>	<p>Destaca a importância da ação de fiscalização no âmbito do meio ambiente.</p>				<p>Ausência de bancos de dados por parte dos outros países, com dados por vezes armazenados em planilhas Excel.</p>
<p>Para evitar que aconteça uso intensivo da água em bacias transfronteiriças, é necessário conhecer e disciplinar os usos múltiplos nesses locais, assim como em sistemas que apresentem alguma situação emergencial ou que sofram com estiagens intensas. Atores envolvidos: OTCA, CIC-Prata, MDR, ANA, MRE, ABC, órgãos gestores estaduais, órgãos gestores de países vizinhos, CNRH.</p>					<p>Ações via OMM voltadas à definição de sistemas adequados ao armazenamento de dados de monitoramento de países e redes menores.</p>

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
					Alguns países vizinhos não possuem sistemas de informação em recursos hídricos. Esse problema dificulta a integração dos dados.
					Destaca que o tema da gestão de informação é fundamental para o planejamento e governança.
					A ausência de transparência e de monitoramento nas ações da gestão de recursos hídricos transfronteiriços;
					Diretrizes para transparência, informação e monitoramento da gestão das águas transfronteiriças superficiais e subterrâneas;
					Precisa ter uma transparência das informações, não somente o diagnóstico da bacia. No sistema de informações é preciso estar transparente os programas, projetos, acordos, suas fases etc.,
					Existe conhecimento suficiente para a implementação de uma rede de monitoramento de águas subterrâneas na bacia Amazônica? especificidades (hidrogeologia) dos países vizinhos. Evitar o desenvolvimento de sistemas de informações de recursos hídricos paralelos e arcabouços de gestão para as mesmas áreas geográficas.

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
					Hoje pela manhã foram citados diversos acordos, projetos etc. Esses dados não estão de fácil acesso e transparentes. O Sistema de informações precisa ser integrado também, e incluir todos essas informações.
					Como convencer os países vizinhos a abrir os dados? O PNRH deve discutir esse problema e levantar estratégias de resolução do problema. É necessário apresentar a importância da integração das informações.
					Precisa ter uma transparéncia das informações, não somente o diagnóstico da bacia. No sistema de informações é preciso estar transparente os programas, projetos, acordos, suas fases etc.,.
					Destacou as diferenças técnicas e metodológicas da gestão de dados e informações entre os países. Como resultado, temos uma dificuldade de comparação dos dados.
					Destaca o panorama dos diferentes sistemas de informações e a necessidade de promover/prever a integração dos sistemas e dados.
					Desenvolvimento de um módulo de observação e divulgação de informações integradas no âmbito da OTCA.

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
					Promoção de uma rede integrada de informações em recursos hídricos na bacia amazônica.
					É fundamental que as informações sejam abordadas do ponto de vista da comunicação para a sociedade.
					É importante tratar as informações de modo a facilitar a compreensão da informação para qualificar a tomada de decisão. Destaca também a necessidade de acelerar a disponibilização das informações
					Precisaria de uma "aba" no sistema de informações que já existe para águas transfronteiriças, em que conste esses projetos, acordos, sistema de governança etc. para essas águas.

II - Implementação dos Instrumentos de Gestão					
05. Outorga Programa	06. Fiscalização Programa	07. Cobrança Programa	08. Enquadramento dos Corpos Hídricos em Classes de Uso Programa	09. Planos de Recursos Hídricos Programa	10. Sistema Nacional de Informação em Recursos Hídricos
					<p>Buscar nas porções de aquíferos de abrangência transfronteiriça a implementação e alimentação de bases regionais de dados comuns para a gestão articulada das águas subterrâneas</p> <p>Descrição da Diretriz: A implementação e alimentação de bases regionais de dados comuns entre os países é fundamental para a gestão articulada das águas subterrâneas. Também possibilita a troca de informações e o aumento do conhecimento hidrogeológico pelos países.</p> <p>Justificativa: Uma boa base regional de dados e informações ou prioritariamente um Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos é a base para possibilitar o compartilhamento pelos países do conhecimento das informações disponíveis sobre recursos hídricos nas bacias. Esta base de dados pressupõe um mapa base que é uma base cartográfica com os mapas dos países nos diversos temas consolidados em uma base única e em escalas definidas.</p>

**QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-7 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE
GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA
PARA OS TEMAS VOLTADOS AO COMPONENTE III – QUALIDADE E QUANTIDADE**

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
Rio Potomayo é o principal da Colômbia, e entrega água para o Brasil com qual qualidade? Na bacia Amazônica, preocupa a contaminação por mercúrio.	Definir por meio de estudos hidrogeológicos as porções de aquíferos de abrangência transfronteiriça em que haja fluxo de águas subterrâneas entre países.	Previsão de elaboração de boletins conjuntos.	Conflito de gestão e de uso no rio Tocantins/Araguaia (usos múltiplos) (não tfços)	Acordos com países para a instalação de salas de situação.
Destacou o problema da contaminação da água. Há um descontrole sobre o uso do mercúrio no garimpo. É importante avaliar os impactos na saúde dos ribeirinhos.	Descrição da Diretriz: A definição das porções de aquíferos de abrangência transfronteiriça em que haja fluxo de águas subterrâneas entre países por meio de estudos hidrogeológicos é imperativa para a definição das áreas onde a gestão compartilhada destes recursos é realmente necessária. Justificativa: Aquíferos transfronteiriços de grande dimensão em geral não tem fluxos contínuos.	Desenvolver acompanhamentos conjuntos e elaborar boletins integrados.		Avançar nos acordos com países para ampliar a instalação de salas de situação para atuação articulada com outros países
Problemas/impactos decorrentes da mineração/garimpo.	Olhar mais aprofundado sobre as águas subterrâneas na Amazônia, dado que diversos rios não têm qualidade própria para consumo humano	Estabelecimento de procedimentos conjuntos de medição de vazões em rios fronteiriços como os casos entre Brasil e Argentina/Uruguai.		Ações no sentido de doação de equipamentos de monitoramento e para a instalação de salas de situação de outros países.
Estudo na região do Amapá sobre contaminação por mercúrio proveniente de garimpo.	Implementar um projeto piloto de criação de comitê de bacia transfronteiriço oportunizando os arranjos locais que já trabalham de forma transfronteiriça. No CICPlata (documentos temáticos) consta a parte de águas subterrâneas, e deve ser incorporada na discussão do PNRH. Já existem um acúmulo de discussão sobre o tema - e a importância foi demonstrada na parte da manhã	Formalização e negociação de planos operacionais para medições de vazões e outras ações integradas		Elaboração de protocolos conjuntos de ação articulada e integrada para atuação quando da ocorrência de eventos críticos

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
	<p>Destaca a dificuldade de gestão das águas subterrâneas frente a dominialidade prevista na constituição. A responsabilidade do monitoramento é dos estados. Apesar do antigo plano prever o tema pouco se avançou. A origem dos recursos é um problema, existe pouca disponibilidade do âmbito federal, até por conta da dominialidade dos estados.</p>	<p>Novos pontos de monitoramento devem ser locados de forma conjunta pelas equipes regionais</p>		<p>Elaboração de planos de segurança hídrica e contingência para a atuação em eventos críticos nas bacias transfronteiriças</p>
		<p>Definição de procedimentos para atuação nos monitoramentos contínuos</p>		<p>Estabelecimento de regras formais com critérios para ações de contingência</p>
		<p>Prever ações de planejamento e instalação de monitoramentos de águas subterrâneas de forma articulada e integrada com outros países. As ações de gestão de crises hídricas devem considerar também aquíferos transfronteiriços.</p>		<p>Prever ações de planejamento e instalação de monitoramentos de águas subterrâneas de forma articulada e integrada com outros países. As ações de gestão de crises hídricas devem considerar também aquíferos transfronteiriços.</p>
		<p>Existe conhecimento suficiente para a implementação de uma rede de monitoramento das águas subterrâneas? Aponta que no Brasil sim, mas que é necessário conhecer as especificidades dos territórios vizinhos. O planejamento precisa ser integrado para alcançar os objetivos.</p>		
		<p>O problema está na origem do dado. É necessário promover a adoção de protocolos e padrões para o levantamento de dados.</p>		
		<p>Existe conhecimento suficiente para a implementação de uma rede de monitoramento de águas subterrâneas na bacia Amazônica? especificidades (hidrogeologia) dos países vizinhos.</p>		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		Uniformização das metodologias de monitoramento, locais monitorados, objetivos da rede, parâmetros, frequência e metodologia de coleta de dados. Essa definição é muito importante para a integração.		
		Destaca a importância dos protocolos para o levantamento e análise de dados. Isso é fundamental para integração dos dados de diferentes organismos e instituições.		
		Falta de continuidade dos monitoramentos dos outros países. Por vezes o Brasil/ANA financiam a instalação de estações e pontos de monitoramento, mas os outros países não têm recursos para manutenção dos monitoramentos.		
		Disparidade de recursos disponíveis para monitoramento no Brasil e nos países vizinhos		
		Ausência de bancos de dados por parte dos outros países, com dados por vezes armazenados em planilhas excel.		
		Considerando que parte importante das bacias transfronteiriças o Brasil encontra-se a jusante, é questão estratégica a articulação, apoio ou financiamento de ações, estudos e monitoramentos com os outros países.		
		Ações no sentido de doação de equipamentos de monitoramento e para a instalação de salas de situação de outros países.		
		Um outro problema para a implementação das redes integradas está no financiamento. Alguns países não tem recursos para implementar e manter.		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		<p>1. Fronteira Brasil Uruguai: Procedimento: o Uruguai não exige nenhum tipo de procedimento ou documento.</p> <p>Seguem as estações com medições de vazão nessa fronteira:</p> <p>Estação Município Estado Município fronteiriço Quaraí Quaráí RS Artigas Passo das Pedras Jaguarão RS Rio Branco</p>		
		<p>2. Fronteira Brasil Argentina Procedimento: a Argentina exige um ofício de apresentação da Companhia e dos funcionários que irão realizar a medição de vazão. Esse ofício geralmente é endereçado ao “Jefe da Prefeitura” ou ao “Jefe do Centro de Frontera” do município fronteiriço. No caso da estação Uruguaiana são necessários os dois ofícios, para os endereçados acima mencionados.</p> <p>Seguem as estações com medições de vazão nessa fronteira:</p> <p>Estação Município Estado Município fronteiriço Alto Uruguai Tiradentes do Sul RS El Soberbio Porto Mauá Porto Mauá RS Alba Posse Porto Lucena Porto Lucena RS San Javier Garruchos Garruchos RS Garruchos Passo São Borja São Borja RS Santo Tomé Itaqui Itaqui RS Alvear Uruguaiana RS Paso de los Libres</p>		
		<p>A CPRM está desenvolvendo o Mapa Hidrogeológico da América do Sul, escala 1:5M , onde está contemplado a transferência do SIAGAS - sistema de cadastramento de poços de águas subterrâneas para todos os países Iberoamericanos.</p>		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		Destaca o problema quanto a disponibilização de equipamentos aos outros países. Em muitos casos eles não possuem recursos para a instalação e manutenção dos equipamentos, demandando por consequência mais recursos.		
		Ações no sentido de doação de equipamentos de monitoramento e para a instalação de salas de situação de outros países.		
		Tornar prioritários para monitoramento quali-quantitativo os pontos de fronteira, principalmente naqueles em que o Brasil encontra-se a jusante.		
		No caso de monitoramento de qualidade, em alguns pontos o Brasil vem atuando em coletas e análises em alguns rios fronteiriços, disponibilizando informações para outros países.		
		Esforço em termos de articulação e reforço na integração com outros países vizinhos no sentido da troca de informações de monitoramentos e séries históricas.		
		Fomentar a cooperação entre organismos de diferentes países e qualificação da obtenção e disponibilização das informações.		
		Recomendaria o PNRH consultar o modelo de monitoramento da Bacia do Rio Danúbio que abrange vários países e detém excelente programa de compartilhamento dos RH p usos distintos.		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		Evitar o desenvolvimento de sistemas de informações de recursos hídricos paralelos e arcabouços de gestão para as mesmas áreas geográficas.		
		Destaca a importância da articulação junto ao Itamaraty para alcançar o sucesso nas ações de gestão de recursos hídricos e monitoramento.		
		Verificação das possibilidades de expansão das redes de monitoramentos e fontes de recursos possíveis de ser utilizadas, sempre pensando que as estações dependem de custos de implantação, mas também de manutenção.		
		Existência de um vazio de informações.		
		Problema: falta de monitoramento qual quantitativo em escala adequada.		
		A discussão de ampliação de redes de monitoramento é recorrente. No direcionamento do Plano Nacional é importante considerar ações para esta ampliação, capacitação de pessoal para a manutenção da estrutura da rede e garantia em coleta de dados consistentes (ou seja, não é somente a questão de ampliação da rede, mas também a qualidade dos dados é essencial)		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		Apontou que apesar do grande número de estações na rede nacional de monitoramento ainda existem alguns vazios na região norte do país. Um dos principais problemas para expansão do monitoramento está na dificuldade de instalação e acesso para o monitoramento.		
		Desenvolvimento de um novo sistema de monitoramento participativo com a sociedade.		
		responsabilizar os usuários de água pelo monitoramento. colocar os grandes usuários como realizadores do monitoramento (obrigatório). disponibilizar os dados.		
		Importante ter "Resolução" para que tenha a obrigação de monitoramento consuntivo e não consuntivo. Consultivo exemplo a coca cola tira e não devolve de onde tirou e não consuntivo exemplo hidrelétricas e navegação.		
		Os povos indígenas possam contribuir como agentes de monitoramento dos rios transfronteiriços e fronteiriços, devido ao seu conhecimento local e sua posição estratégica nos territórios.		
		Promover a interlocução com povos indígenas visando sua inclusão na gestão e monitoramento dos rios e território. Considera importante promover a capacitação e disponibilização de recursos e ferramentas.		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		<p>Nas cidades de fronteira com uso significativo de águas subterrâneas de aquíferos transfronteiriços deve ser estimulada a implementação de redes locais de monitoramento de águas subterrâneas e estudos hidrogeológicos em cooperação com os países vizinhos, de forma a possibilitar a gestão sustentável e articulada destas na região.</p> <p>Justificativa: De forma diferente das águas superficiais onde a prática é a proposição de redes regionais de monitoramento de águas superficiais considerando a escala de grandes bacias no caso das subterrâneas esta prática não faz sentido no caso de aquíferos livre e com fluxos locais-regionais. Desta forma, a proposição de redes de monitoramento de águas subterrâneas em regiões de fronteira deve ser proposta apenas onde houver um uso significativo deste recurso e possível impacto no país vizinho.</p>		
		<p>Importância de definir as responsabilidades na implementação e operação de redes de monitoramento de águas subterrâneas de escala local (cidades irmãs abastecidas por uso de águas subterrâneas) e regional (para ampliação do conhecimento hidrogeológico).</p>		

III - Qualidade e Quantidade				
11. Águas superficiais	12. Águas Subterrâneas	13. Monitoramento	14. Gestão de conflitos	15. Segurança Hídrica
		Destaca a ação da ANA no monitoramento integrado das águas no sentido que tem sido identificado os hotspots de interface da água sup e sub. O problema está na necessidade de recursos para a manutenção e operação das redes de monitoramento. A compra de equipamentos é feita pela ANA e pelos estados.		
		Promoção de uma rede integrada de informações em recursos hídricos na bacia amazônica.		

QUADRO ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.
-8 – COMENTÁRIOS DA OFICINA TEMÁTICA SOBRE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA
PARA OS TEMAS VOLTADOS AOS COMPONENTES IV – INTEGRAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS SETORIAIS E V – GERENCIAMENTO DO PNRH

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
As políticas (meio ambiente, água, clima etc.) no Brasil precisam conversar e convergir. O que hoje temos é a divergência cada vez maior. E ai fica ainda mais difícil uma gestão de uma bacia transfronteiriças. Tal fato comprovado pela ausência mais efetiva do MMA na discussão hoje.	Integrar a gestão territorial, ambiental e de recursos hídricos para que a gestão transfronteiriça tenha resultados mais positivos. Integração com o manejo de águas urbanas. Diretrizes para a redução de desmatamentos nas regiões de ocorrência dos eventos extremos.			Dificuldade de acesso a dados e informações de outros países. Dificuldade maior em situações em que o Brasil encontra-se a jusante, considerando a necessidade de informações de montante. Dados brasileiros são abertos, mas mesmo com acesso aos órgãos de outros países, há dificuldade de fornecimento de informações.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Ausência da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental nas bacias transfronteiriças.	Rio Teles-Pires e Tapajós com muita pressão por desmatamento e garimpo.			Como convencer os países vizinhos a abrir os dados? O PNRH deve discutir esse problema e levantar estratégias de resolução do problema. É necessário apresentar a importância da integração das informações.	
Integrar a gestão territorial, ambiental e de recursos hídricos para que a gestão transfronteiriça tenha resultados mais positivos. Integração com o manejo de águas urbanas. Diretrizes para a redução de desmatamentos nas regiões de ocorrência dos eventos extremos.	Estimular a implementação de programas nos moldes do programa produtor de água nas regiões de fronteira.			Destacou as dificuldades de compartilhamento de dados por parte dos países vizinhos, mesmo com acordos de cooperação.	
Importante incorporar na discussão o sistema, instituições e organizações do Meio Ambiente				Em alguns casos a disponibilização de dados de outros países é negada no âmbito dos ministérios de relações exteriores dos respectivos países	
instituições dos países vizinhos é bastante distinta, o que acaba demandando uma multiplicidade de acordos, portarias etc., difíceis de serem implementados. Orçamento e estrutura de gestão de águas dos vizinhos tbm é distinta (e menor) do que a nacional				Corrobora a dificuldade de acesso a dados e informações de outros países. Ressalta que a ausência vale para dados de vazões, mas também para chuvas.	
Envolvimento maior dos municípios como entes que devem ter maior interface com os organismos de gestão de recursos hídricos, dada a gestão de uso do solo e tantos outros				Diferença de entendimento da forma de disponibilização de informações entre os países. Alguns entendem como questão de soberania nacional e não disponibilizam, outros podem disponibilizar por meio de processos de cooperação.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
Destacou a importância da integração do planejamento no âmbito dos municípios, estados e união. Apontou a importância de integrar os municípios no planejamento e nas ações				Fase de documentação e obtenção de uma base de dados consistente. Com a falta de dados consistentes, não é possível desenvolver estudos.	
Indicou que um dos maiores problemas, frente a atuação da codevasf, está na entrega das obras(sistemas de saneamento) as prefeituras. Com relação as entregas e obras apontadas anteriormente. Falta o monitoramento, a gestão e a responsabilização das prefeituras.				É preciso desmistificar ou deixar claro que a gestão compartilhada não põe em riscos a soberania. É preciso trabalhar o conceito de soberania compartilhada, ou seja, mantendo a possibilidade de planejamentos integrados com a possibilidade de ação em cada país em seus domínios, pensar em planos de bacias integrados, bem como estratégias de ação em diferentes demandadas e dessa forma dirimindo possíveis conflitos.	
Envolvimento do Itamarati é fundamental para discussão da questão, pois se trata de soberania, mas cooperação pois a água não vê as fronteiras políticas.				Desconfiança dos países vizinhos no âmbito da bacia amazônica.	
Em alguns casos a disponibilização de dados de outros países é negada no âmbito dos ministérios de relações exteriores dos respectivos países				Destaca que os programas estão sujeitos a interferências políticas.	
Destaca a importância da articulação junto ao Itamaraty para alcançar o sucesso nas ações de gestão de recursos hídricos e monitoramento.				A visão conservadora das relações internacionais sobre a gestão de recursos hídricos transfronteiriços;	
Importância do Mercosul para que legisladores possam ter legitimidade sobre o tema.				Boa relação institucional com Uruguai (Plano Nacional bem construído)	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
O que se percebe é que a maioria das iniciativas / projetos são locais, ou seja a comunidade local provoca a formulação de ações para resolver problemas que surgem a nível local ou regional (governança bottom-up) quando o ideal é que se tenha os dois tipos de governança: bottom-up e top-down. É interessante que a presença institucional seja mais efetiva, o Ministério das Relações Exteriores deve ter metas relativas ao avanço da articulação sociopolítica institucional. Sem a participação dos MRE não é possível avançar em termos de elaborar políticas públicas integradas sem a participação dos governos centrais e da sociedade civil organizada				Avaliação e verificação de potencial de ampliação de projetos regionais já implementados.	
Destacou o problema do desmatamento e da extração ilegal de madeira.				Diversos projetos foram apresentados na parte da manhã, mas não estão acessíveis e precisam ser analisados, tiradas lições aprendidas, avaliar e solicitar recursos para outros projetos.	
Rio Teles-Pires e Tapajós com muita pressão por desmatamento e garimpo.				Lagoa Mirim com histórico de cooperação e acordos, mas sempre sobre temas específicos e/ou estratégicos. Projeto com organismo multilateral fomentou Agências de ambos os lados (BR e UR), mas perdeu força com a finalização do projeto. Manteve-se diálogo e ações pontuais, mas tem-se histórico como exemplo.	
				Destaca o sistema de apoio a tomada de decisão previsto no CIC Prata.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				http://archive.iwlearn.net/mrcmekong.org/programmes/wup/DSF/DSF_introduction.htm	
				http://sstd.cicplata.org/sstd/	
				http://nbdss.nilebasin.org/support/solutions/articles/4000039715-what-is-the-nile-basin-dss-	
				O CIC Bacia do Prata também desenvolveu uma proposta para compartilhamento de RH	
				Desenvolver iniciativas regionais que podem potencializar os resultados.	
				Instituição do CICPlata já data de algumas décadas, entre outros que são atuantes na gestão das águas, não apenas em situações de interesse estratégico ou conflito. Muitas vezes os países vizinhos tem estruturas institucionais diversas, o que requer os tratados/acordos internacionais.	
				Formalização e negociação de planos operacionais para medições de vazões e outras ações integradas	
				Questões estratégicas nacionais devem ficar mais claras (o que se quer, temas prioritários, pontos a harmonizar) para que se organize a discussão frente aos países vizinhos.	
				Pouca articulação entre os países para a gestão dos rios transfronteiriços e da união e estados para os rios fronteiriços.	
				Destaca que dentro do Brasil também existem problemas de cooperação entre os estados.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Destaca que o tema da gestão de informação é fundamental para o planejamento e governança.	
				Gestão tfça pressupõe (ou requer) boas relações institucionais com os países vizinhos. Pacto de gestão das águas.	
				Integração entre os países é fundamental e muito importante	
				Negociações caso a caso em função de situações e aspectos relevantes ao estabelecimento de acordos conjuntos com outros países.	
				“Parlamento” para gestão de temas que vão desde ratear custos de infraestruturas comuns, harmonização de legislações como a da pesca, lançamento e diluição de efluentes.	
				Seria interessante evitar criar novas instituições e organismos, devendo-se privilegiar adequações aos existentes	
				Implementação de instituições multilaterais de atuação nas bacias transfronteiriças para discutir e aplicar os procedimentos. Criação de ambientes de confiança.	
				Uso de recursos de programas internacionais para financiar as ações. Ex. GEF, Agência Francesa de Desenvolvimento.	
				Valorização de arranjos locais que levem a acordos de cooperação e que tenham sucesso.	
				Fortalecimento de acordos de cooperação técnica.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Diretrizes para o fortalecimento da criação de comitês de bacias em águas transfronteiriças do lado brasileiro e consequentemente de diretrizes para fortalecimento de acordos de cooperação com os outros países, construídos a partir do comitê de bacia;	
				Diretrizes para a construção de pactos em bacias transfronteiriças tanto para águas superficiais, quanto para águas subterrâneas.	
				Quanto a governança, na região amazônica temos a ÓTCA, mas há a necessidade de aprimorar e avançar em acordos específicos no âmbito dos recursos hídricos, controle da poluição entre outros.	
				Fortalecer os acordos e instrumentos internacionais e criação de Comitê de Bacia Hidrográfica tfo, para instrumentalizar a gestão e sair da seara estratégica/nacional	
				Fomentar a cooperação entre organismos de diferentes países e qualificação da obtenção e disponibilização das informações.	
				Incluir o CNRH nas discussões sobre as ações desenvolvidas de cooperação transfronteiriça.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				<p>Avaliar as Moções do Conselho (nºs: 09, 14, 29, 48 e 59) que já foram tomadas para instrumentalizar sua ação. Garantir o funcionamento das instâncias locais de gestão (instrumentalização desde a base).</p> <p>Apoio à institucionalização de comitês de bacia nacionais em regiões tfças, dando o 1º passo para acordos de criação de comitês dos países vizinhos</p>	
				<p>Moções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com relação a gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços nº 09, 14, 29, 48 e 59. Não atendidas, sem efeito real.</p>	
				<p>Questões legais e de gestão que demandam integração - rio estadual, mas deveria ser federal por ser transfronteiriço</p>	
				<p>Câmaras Técnicas de organismos de gestão transfronteiriça foram mutadas, mas deveriam estar sendo discutidos no âmbito do SINGREH pelos colegiados.</p>	
				<p>Poderíamos incluir como inicial de trabalho a inclusão do ODS17 e 16, incluindo o que está sendo proposto pela ANA com o ODS”.</p>	
				<p>Critérios no âmbito dos ODS para institucionalizar gestão transfronteiriça: criação de grupo envolvido, existência de objetivos e planos de ações conjuntas. Existem planos de gestão em funcionamento</p>	
				<p>Gestão com estratégias bottom-up tendem a ser mais efetivas.</p>	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Importante considerar a cultura e as tradições locais.	
				Participação da sociedade civil nas situações transfronteiriças	
				É fundamental envolver os atores locais no processo de gestão transfronteiriça. A gestão transfronteiriça não pode ser realizada de cima para baixo e sim analisar, estudar as relações que já acontecem nas bacias transfronteiriças, independentes de governos nas bacias, pois estas relações já acontecem, mesmo sem instâncias de gestão	
				Diretrizes para uma visão estratégica a partir da lei 9433: - Diretrizes claras para a efetiva implementação do processo de gestão de recursos hídricos transfronteiriços superficiais e subterrâneas;	
				Estamos tratando de um falso dilema, pois já temos os instrumentos necessários para fazer a gestão no nosso território. A articulação com os países vizinhos é o complemento necessário, mas primeiro devemos avançar nas nossas questões. Pouco adianta falar do Prata sem antes avançar na gestão do Uruguai ou do Paraná, apenas citando um exemplo. A gestão de águas se faz no território. Os efeitos se fazem sentir no rio. Então devemos avançar na implementação dos nossos CBHs e, em paralelo, estabelecer a articulação diplomática.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Definir a governança da gestão tfça para deixar claro o papel dos países que entregam e que recebem águas internacionais. Instrumentos de gestão não necessariamente convergem ou tem o mesmo efeito / eficácia em outros países	
				Relação transfronteiriça com comitês estaduais com dificuldade de competência - precisa ser endereçado.	
				Para harmonização de legislações em situações transfronteiriças, questões estaduais poderiam facilitar e descentralizar a gestão (questões locais).	
				Ausência de governança (capacidade, estrutura etc.) nos estados e na União para efetiva implementação da gestão de recursos hídricos transfronteiriços;	
				Destacou que as unidades de planejamento utilizadas na gestão dos recursos hídricos não se aplicam a gestão de rios transfronteiriços.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				<p>Sugestão de Diretriz: Favorecer e estimular a governança dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços, considerando e conhecendo a especificidade de cada região, para assegurar a gestão local e os usos múltiplos.</p> <p>Descrição: Adotar uma determinada governança dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços considerando e conhecendo as especificidades envolvidas de cada região, como: a forma do aproveitamento territorial, o grau da efetividade das leis, os investimentos disponíveis, os usos, os conflitos, as capacidades institucionais dos governos estaduais e as questões socioeconômicas presentes.</p> <p>Justificativa: A multiplicidade de cenários, particularidades, atores e a diversidade dos contextos internos obrigam o país a uma visão multifacetada da questão, ainda que seja fundada em princípios e objetivos comuns</p>	
				<p>Honrar os compromissos firmados no âmbito dos tratados internacionais no âmbito da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.</p>	
				<p>A falta de implementação de acordos transfronteiriços já construídos, seja para águas superficiais, seja para águas subterrâneas;</p>	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				instituições dos países vizinhos é bastante distinta, o que acaba demandando uma multiplicidade de acordos, portarias etc., difíceis de serem implementados. Orçamento e estrutura de gestão de águas dos vizinhos também é distinta (e menor) do que a nacional	
				Organismos e constituições multilaterais devem considerar as diferenças institucionais - comitê não é uma figura comum em outros países, por exemplo	
				Níveis institucionais entre países vizinhos são muito distintos (exemplo do Paraguai, que acabou criando órgãos de gestão por conta dos acordos do rio Paraná)	
				Hoje pela manhã foram citados diversos acordos, projetos etc. Esses dados não estão de fácil acesso e transparentes. O Sistema de informações precisa ser integrado também, e incluir todos essas informações.	
				Diretrizes para transparéncia, informação e monitoramento da gestão das águas transfronteiriças superficiais e subterrâneas;	
				Necessidade de considerar a bacia de drenagem internacional, como a Bacia do Rio Grande, que faz parte da bacia maior do Plata. Gestão atual não considera as repercuções nas bacias internacionais.	
				Colher as visões de gestão e governança de organismos, tratados e acordos que tratam das águas tóxicas para facilitar e alimentar diretrizes de programas.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Avaliar um programa transnacional nos moldes do Progestão visando a ampliação da cooperação junto aos países vizinhos com a disponibilização das informações e dados, com a definição de responsabilidades e contrapartidas	
				Aponta como exemplos a gestão das bacias dos rios Mekong e Nilo.	
				Recomendaria o PNRH consultar o modelo de monitoramento da Bacia do Rio Danúbio que abrange vários países e detém excelente programa de compartilhamento dos RH p usos distintos.	
				Portugal também tem belos exemplos de compartilhamento de transfronteiriços de RH	
				Destaca sobre a Diretiva quadro, apesar de trazer e promover a integração da gestão das águas ela acaba sobrepondo, em parte, a soberania dos estados. Apontou o exemplo da gestão do rio Danúbio. Nos dois exemplos há a participação direta de ministros de estado na gestão de recursos hídricos. Isso demonstra a relação política.	
				Diretiva quadro europeia. Aponta que na Europa existe diretrizes rígidas quanto a utilização da água.	
				Ressaltou a preferência pela consideração do termo bacia transfronteiriça ao invés de rio fronteiriço.	

IV - Integração com outras políticas e planejamentos setoriais					V - Gerenciamento do PNRH
16. Interface com o Planejamento Setorial	17. Revitalização de Bacias Programa	18. Segurança de Barragens.	19. Gestão de Recursos Hídricos na Região Costeira	20. Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços	21. Sistema de monitoramento e avaliação do PNRH 2022-2040.
				Gestão de rios transfronteiriços não segue a mesma lógica de integração com sociedade civil e setor produtivo, mas sim passa a ser exclusiva de governo. Legislação deve estar de acordo. Apesar de diversos comitês de bacia formados, Comitê do Rio Uruguai não toma forma (quicá por receio pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos)	
				Gestão tfça se resume a estratégias nacionais (setoriais - energia, transporte ou políticas), mas não sob a ótica da gestão dos recursos hídricos.	
				Tempo de residência da água foi decuplicada com hidrelétricas na parte brasileira - são transfronteiriço desde sua nascente.	
				Inserção da academia e instituições de pesquisa no tema transfronteiriço.	
				A questão dos povos indígenas isolados. Vivem nos territórios próximos das fronteiras, mas não reconhecem essas delimitações.	
				Tráfico de drogas por via fluvial	
				Regularização fundiária	

1.3 Avaliação do Evento

Conforme apresentado anteriormente, foi disponibilizado de forma online, um formulário para preenchimento dos presentes com a sua percepção da oficina e indicativos de melhorias possíveis para as próximas oficinas. Esse formulário ficou disponível por um período de uma semana e teve 4 respostas. Os resultados das 5 questões objetivas são apresentados da Figura Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-1 à Figura Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.-5.

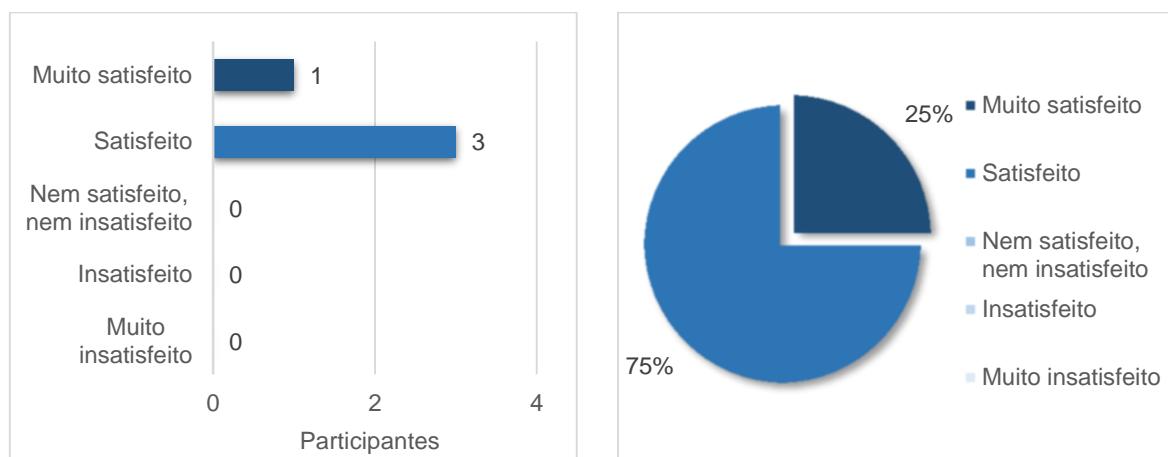


FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-1 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO?”

Em relação a organização do evento, 75% (3 participantes) se consideraram satisfeitos e 1 participante (25%) se considerou muito satisfeito. Nenhum participante se considerou insatisfeito, muito insatisfeito ou nem satisfeito, nem insatisfeito.

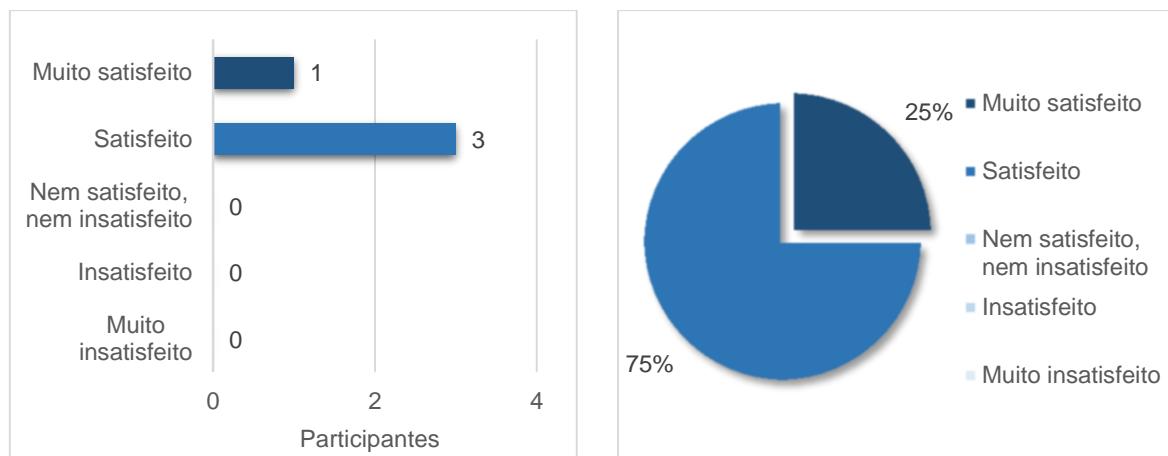


FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-2 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AS APRESENTAÇÕES TÉCNICAS?”

Quanto as apresentações técnicas o resultado foi o mesmo, 75% (3 participantes) se consideraram satisfeitos e 1 participante (25%) se considerou muito satisfeito.

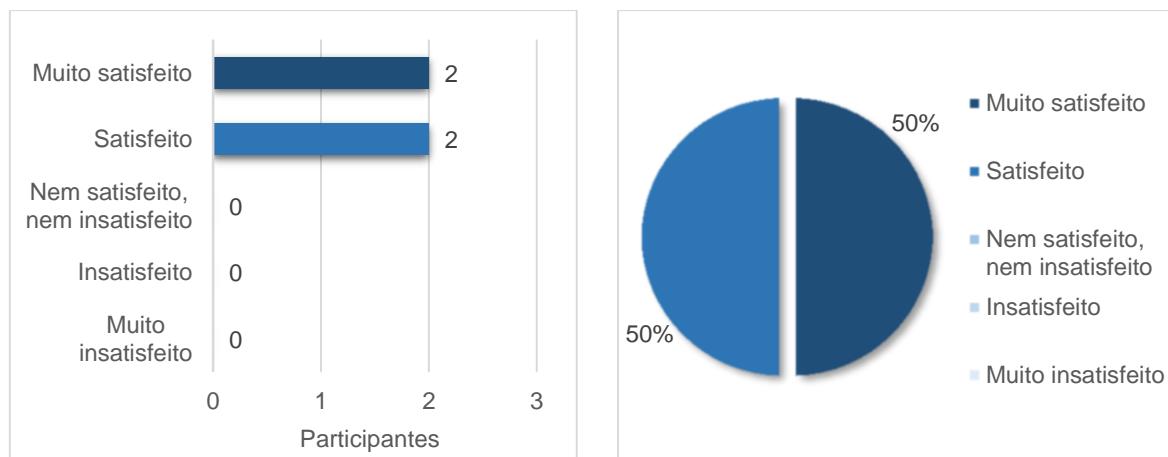


FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-3 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A METODOLOGIA REMOTA DE PARTICIPAÇÃO?”

Já em relação a metodologia remota de participação, 50% (2 participantes) se consideraram muito satisfeitos, enquanto 50% (2 participantes) se consideraram satisfeitos. Assim como nas questões anteriores nenhum participante se considerou insatisfeito, muito insatisfeito ou nem satisfeito, nem insatisfeito.

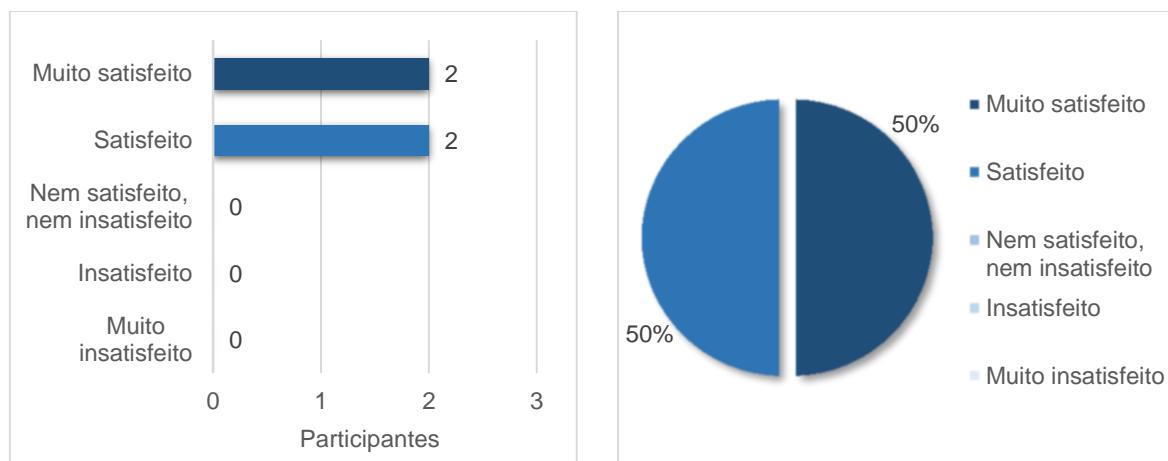


FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-4 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “QUAL O SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A MODERAÇÃO DO EVENTO?”

Em relação a moderação o resultado observado foi o mesmo que o referente a metodologia remota de participação, 50% (2 participantes) se consideraram muito satisfeitos, enquanto 50% (2 participantes) se consideraram satisfeitos.

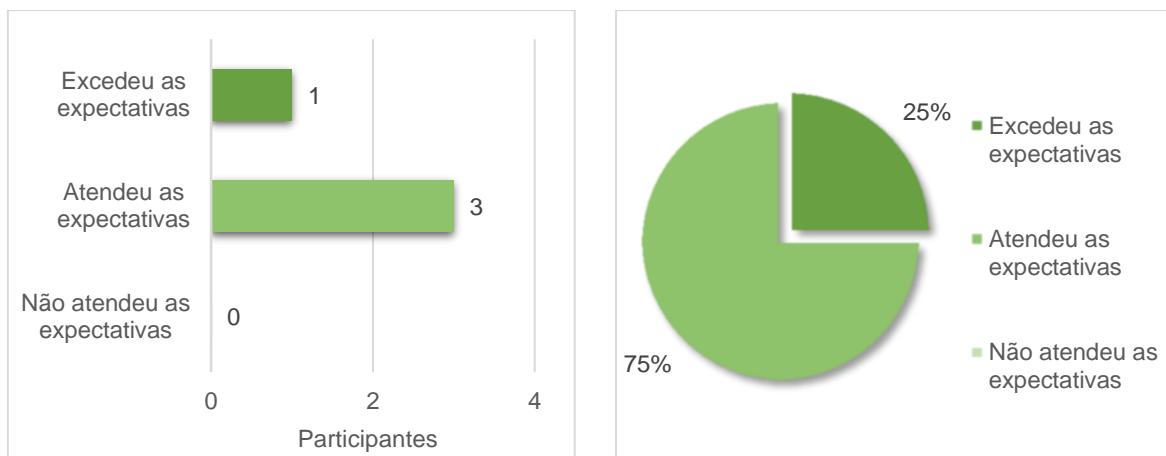


FIGURA ERRO! NENHUM TEXTO COM O ESTILO ESPECIFICADO FOI ENCONTRADO NO DOCUMENTO.-5 – RESPOSTAS À PERGUNTA SOBRE “O EVENTO ATENDEU SUAS EXPECTATIVAS?”

Para 75% dos participantes (3) o evento atendeu as expectativas, enquanto para 25% dos participantes (1) o evento excedeu as expectativas.

Abaixo são apresentadas todas as respostas a questão discursiva “Como melhorar a metodologia utilizada?”.

“criar uma agenda.”

“tudo bom.”

Abaixo são apresentadas todas as respostas a questão discursiva “Como ampliar a participação social para a construção do PNRH?”.

“Incluir os municípios na elaboração e implementação.”

“Divulgação e engajamento.”

“animar-se a convite a países limítrofe”

Por fim, destaca-se que não foram apresentadas respostas a questão discursiva “Por favor, se você tem alguma crítica, dúvida, reclamação ou sugestão, comente aqui”.